

**No. 34707**

---

**Brazil  
and  
Argentina**

**Basic Agreement on cooperation in peaceful applications of space science and technology between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Argentine Republic. Buenos Aires, 9 April 1996**

**Entry into force:** *18 March 1998 by notification, in accordance with article 10*

**Authentic texts:** *Portuguese and Spanish*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Brazil, 28 May 1998*

---

**Brésil  
et  
Argentine**

**Accord cadre de coopération en matière d'utilisation pacifique de la science et de la technologie spatiales entre le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République argentine. Buenos Aires, 9 avril 1996**

**Entrée en vigueur :** *18 mars 1998 par notification, conformément à l'article 10*

**Textes authentiques :** *portugais et espagnol*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Brésil, 28 mai 1998*

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

ACORDO-QUADRO SOBRE COOPERAÇÃO EM APLICAÇÕES PACÍFICAS DE  
CIÊNCIA E TECNOLOGIA ESPACIAIS ENTRE O GOVERNO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO  
DA REPÚBLICA ARGENTINA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Argentina  
(doravante denominados “Partes Contratantes”).

Desejosos de dar novo impulso à cooperação na área de alta tecnologia entre os dois países;

Empenhados na manutenção do espaço exterior aberto à cooperação internacional ampla e para fins exclusivamente pacíficos;

Considerando que, para países de grande extensão territorial como o Brasil e a Argentina, a utilização do espaço exterior para fins pacíficos constitui um instrumento insubstituível para o conhecimento de seus territórios e de seus recursos naturais, assim como para a promoção do desenvolvimento social, econômico e tecnológico, e a proteção ambiental;

Considerando os termos do Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, de 27 de janeiro de 1967, do qual ambos os países são Partes;

Considerando que ambos os países são membros do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR) e convencidos de que o domínio da tecnologia espacial traz consigo a necessidade de manutenção de estrito controle sobre sua transferência, tendo em vista não permitir seu desvio para fins contrários aos interesses da paz e do bem-estar de seus respectivos povos e da comunidade internacional como um todo, e de conformidade com seus respectivos regimes legais;

Reafirmando os termos da Declaração Conjunta Brasileiro-Argentina sobre Cooperação Bilateral nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior, assinada pelos Presidentes de ambas as Partes em 23 de agosto de 1989;

Com o propósito de aprofundar ainda mais a cooperação espacial existente entre os dois países, tendo como objetivo a convergência dos respectivos esforços nacionais de desenvolvimento espacial, por meio da complementação e da coordenação de ações e projetos;

Empenhados em otimizar os resultados esperados, diminuir os custos, incrementar o uso da tecnologia espacial, maximizar a participação do setor industrial e promover o intercâmbio de insumos e produtos da indústria espacial,

Acordam o seguinte:

#### ARTIGO 1

A Agência Espacial Brasileira (AEB) e a Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE) são designadas como agências executoras principais deste Acordo. Elas podem designar outros organismos, se necessário, para o desenvolvimento de programas de cooperação nas áreas enumeradas no Artigo 2.

#### ARTIGO 2

1. As agências executoras principais identificarão áreas de interesse mútuo e buscarão desenvolver programas e projetos conjuntos nos usos pacíficos do espaço exterior, mediante a utilização dos meios e infra-estruturas disponíveis nas Partes Contratantes.

2. A cooperação no âmbito do presente Acordo abrangerá as seguintes áreas:

- a) ciência espacial, tecnologia espacial, avaliação e monitoramento do meio ambiente e dos recursos da Terra por percepção remota e outras aplicações espaciais;
- b) desenvolvimento de missões satelitais conjuntas para fins científicos, tecnológicos e de aplicações espaciais;
- c) meios de acesso ao espaço e serviços de lançamento;
- d) outras áreas que venham a ser acordadas pelas Partes Contratantes.

### ARTIGO 3

Os programas e projetos de cooperação espacial referidos no Artigo 2 serão objeto de entendimentos específicos a serem assinados pelas agências executoras e deverão especificar seus objetivos, os procedimentos de execução e as responsabilidades individuais e conjuntas daquelas agências.

### ARTIGO 4

1. As agências executoras principais serão as responsáveis pelos custos de suas atividades na condução dos programas e projetos de cooperação realizados no âmbito deste Acordo.

2. Tais atividades serão conduzidas em conformidade com as leis e regulamentos de cada Parte Contratante e estarão sujeitas à disponibilidade de fundos alocados para esses fins.

### ARTIGO 5

1. Ambos os Governos concederão aos especialistas que se trasladem de um país ao outro, em virtude do presente Acordo, assim como a sua família imediata:

a) visto gratuito de residência;

b) isenção de impostos e demais gravames para a importação de seu mobiliário e objetos de uso pessoal destinados a sua primeira instalação, excluindo os veículos e outros bens móveis registráveis,  
e

c) idêntica isenção para a re-exportação dos referidos bens.

2. Ambos os Governos isentarão igualmente de todos os impostos e demais gravames à importação e à exportação os bens, equipamentos e materiais enviados de um país ao outro, para o cumprimento dos programas de cooperação acordados.

### ARTIGO 6

1. A proteção dos direitos de propriedade intelectual será disciplinada pelas leis e regulamentos de cada Parte, em conformidade com os acordos internacionais em vigor na República Federativa do Brasil e na República Argentina.

2. Os entendimentos específicos a que se refere o Artigo 3 poderão pormenorizar essa proteção à luz de cada projeto ou programa desenvolvido no âmbito do presente Acordo.

#### ARTIGO 7

1. Para o acompanhamento da execução do presente Acordo manter-se-á o mecanismo do Grupo de Trabalho Conjunto Brasileiro-Argentino sobre os Usos Pacíficos do Espaço Exterior, que se reunirá, alternadamente, em cada país, ao menos uma vez por ano.
2. O Grupo de Trabalho será integrado, pela parte brasileira, por representantes do Ministério das Relações Exteriores, da Agência Espacial Brasileira (AEB), e dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento das atividades espaciais brasileiras. Pela parte argentina, o Grupo de Trabalho será integrado por representantes do Ministério das Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto e da Comissão Nacional de Atividades Espaciais (CONAE).

#### ARTIGO 8

Em caso de dúvidas sobre a implementação deste Acordo, estas serão resolvidas pelas agências executoras principais das Partes Contratantes e, caso necessário, encaminhadas para solução ao Grupo de Trabalho Conjunto a que se refere o Artigo 7.

#### ARTIGO 9

Este Acordo não prejudicará a cooperação de qualquer das Partes Contratantes com outros Estados e organizações internacionais.

#### ARTIGO 10

Cada Parte Contratante notificará a outra, por via diplomática, da conclusão das formalidades internas necessárias à aprovação do presente Acordo, o qual entrará em vigor na data de recebimento da segunda dessas notificações.


#### ARTIGO 11

1. A validade do presente Acordo será de 10 (dez) anos, prorrogáveis por períodos de 5 (cinco) anos, salvo se uma das Partes notificar a outra, por via diplomática, com antecedência mínima de 6 (seis) meses, de sua decisão em contrário.

2. O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes Contratantes, por via diplomática, e seus efeitos cessarão 6 (seis) meses após o recebimento da mencionada notificação. A denúncia não afetará os programas e projetos em execução, salvo se as Partes Contratantes convierem diversamente.

Feito em Buenos Aires, em 23 de abril de 1996, em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
Luiz Felipe Lampreia

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
ARGENTINA  
Cavallo e Silva

[ SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL ]

**Acuerdo Marco de Cooperación  
en Aplicaciones Pacíficas de Ciencia y Tecnología Espaciales  
entre el  
Gobierno de la República Federativa del Brasil  
y  
el Gobierno de la República Argentina**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y

El Gobierno de la República Argentina, en adelante denominados las "Partes"

Deseosos de dar un nuevo impulso a la cooperación en el área de alta tecnología entre los dos países,

Empeñados en mantener el espacio exterior abierto a una cooperación internacional amplia y para fines exclusivamente pacíficos,

Considerando que, para países de gran extensión territorial como el Brasil y la Argentina, la utilización del espacio exterior para fines pacíficos constituye un instrumento insustituible para el conocimiento de sus territorios y de sus recursos naturales, así como para la promoción del desarrollo social, económico y tecnológico, y la protección ambiental,

Considerando los términos del Tratado sobre los Principios que deben regir las actividades de los Estados para la Exploración y la Utilización del Espacio Ultraterrestre, incluso la Luna y otros Cuerpos Celestes, del 27 de enero de 1967, del cual ambos países son Parte,

Considerando que ambos países son miembros del Régimen de Control de Tecnologías Misilísticas (MTCR) y convencidos de que el dominio de la tecnología espacial trae consigo la necesidad de mantener un estricto control sobre su transferencia, teniendo en vista no permitir su desvlo para fines contrarios a los intereses de la paz y del bienestar de sus respectivos pueblos y de la comunidad internacional como un todo, y de conformidad con sus respectivos regímenes legales,

Reafirmando los términos de la "Declaración Conjunta Argentino-Brasileña sobre Cooperación Bilateral en los Usos Pacíficos del Espacio Ultraterrestre", suscripta por los Presidentes de ambas Partes el 23 de agosto de 1989.

Con el objeto de profundizar aún más la cooperación espacial existente entre los dos países, teniendo como objetivo la convergencia de los respectivos esfuerzos nacionales de desarrollo espacial, a través de la complementación y la coordinación de acciones y proyectos,

Empeñados en optimizar los resultados esperados, disminuir los costos, incrementar el uso de la tecnología espacial, maximizar la participación del sector industrial y promover el intercambio de insumos y productos de la industria espacial,

Acuerdan lo siguiente:

#### Artículo I

La Agencia Espacial Brasileña (AEB) y la Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE) son designadas como agencias ejecutoras principales de este Acuerdo. Ellas pueden designar otros organismos, de ser necesario, para el desarrollo de programas de cooperación en las áreas enumeradas en el Art. II.

#### Artículo II

1).- Las agencias ejecutoras principales identificarán áreas de interés mutuo y buscarán desarrollar programas y proyectos conjuntos en los usos pacíficos del espacio exterior, mediante la utilización de los medios y de la infraestructura disponible por las Partes.

2).- La cooperación en el ámbito del presente Acuerdo abarcará las siguientes áreas:

a) ciencia espacial, tecnología espacial, evaluación y monitoreo del medio ambiente y de los recursos de la tierra por percepción remota y otras aplicaciones espaciales.



b) desarrollo de misiones satelitales conjuntas para fines científicos, tecnológicos y de aplicaciones espaciales.

c) medios de acceso al espacio y servicios de lanzamiento.

d) otras áreas a ser acordadas por las Partes.

#### Artículo III

Los programas y proyectos de cooperación espacial referidos en el Art. II serán objeto de entendimientos específicos a ser suscriptos por las agencias ejecutoras principales, los que deberán especificar sus objetivos, los procedimientos de ejecución y las responsabilidades individuales y conjuntas de aquellas agencias.

#### Artículo IV

1).- Las Agencias ejecutoras principales serán las responsables de los costos de sus actividades en la conducción de los programas y proyectos de cooperación realizados en el ámbito de este Acuerdo.

2) - Tales actividades serán conducidas de conformidad con las leyes y regulaciones de cada Parte y estarán sujetas a la disponibilidad de fondos asignados para esos fines.

#### Artículo V

1) Ambos Gobiernos concederán a los especialistas que se trasladen de un país a otro, en virtud del presente Acuerdo, como así también a su familia directa:

a) visa gratuita para obtener residencia.

b) exención de impuestos y demás gravámenes a la importación para su mobiliario y objetos de uso personal destinados a su primera instalación, excluyendo los vehículos y otros bienes muebles registrables.

c) idéntica exención en cuanto a la re-exportación de los referidos bienes.

2) Ambos Gobiernos eximirán asimismo de todos los impuestos y demás gravámenes a la Importación y a la exportación a los bienes, equipos y materiales enviados de un país al otro, para el cumplimiento de los programas de cooperación acordados.

#### Artículo VI

1).- La protección de los derechos de propiedad intelectual se regirá por las leyes y regulaciones de cada Parte, de conformidad con los acuerdos internacionales en vigor en la República Argentina y en la República Federativa del Brasil.

2).- Los entendimientos específicos a los que se refiere el Art. III podrán pormenorizar esa protección a la luz de cada proyecto o programa desarrollado en el ámbito del presente Acuerdo.

#### Artículo VII

1).- Para el seguimiento de la aplicación del presente Acuerdo se mantendrá el mecanismo del Grupo de Trabajo Conjunto Argentino-Brasileño sobre los usos pacíficos del Espacio Exterior, que se reunirá, alternadamente en cada país, por lo menos una vez al año.

2).- El Grupo de Trabajo será integrado, por el lado brasileño, por representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores, de la Agencia Espacial Brasileira (AEB), y por los organismos responsables del desarrollo de las actividades espaciales brasileiras. Por el lado argentino, el Grupo de Trabajo será integrado por representantes del Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio Internacional y Culto y de la Comisión Nacional de Actividades Espaciales (CONAE).

**Artículo VIII**

En caso de dudas sobre la ejecución del presente Acuerdo, éstas serán resueltas por las agencias ejecutoras principales de las Partes y, de ser necesario, remitidas para su resolución al Grupo de Trabajo Conjunto al que se refiere el Art. VII.

**Artículo IX**

Este Acuerdo no interferirá la cooperación de cualquiera de las Partes con otros Estados y organizaciones internacionales.

**Artículo X**

Cada parte notificará por vía diplomática a la otra la conclusión de las formalidades internas necesarias para la entrada en vigor del presente Acuerdo, el cual entrará en vigencia a partir de la fecha de la última notificación.

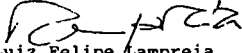
**Artículo XI**

1) La validez del presente Acuerdo será de 10 (diez) años, prorrogables por periodos de 5 (cinco) años, a no ser que una de las Partes notifique a la otra, por la vía diplomática, con una antelación mínima de 6 (seis) meses, de su decisión en contrario.

2) El presente Acuerdo podrá ser denunciado por cualquiera de las Partes, vía notificación diplomática, y sus efectos cesarán 6 (seis) meses después de la recepción de la mencionada notificación. La denuncia no afectará a los programas y proyectos en ejecución, salvo cuando las partes convinieran lo contrario

Hecho en Buenos Aires, a los 9 días del mes de abril de 1996, en dos ejemplares en idiomas español y portugués, siendo ambos textos igualmente auténticos.

Por el Gobierno de la República  
República Federativa del Brasil

  
Luiz Felipe Lampreia

Por el Gobierno de la  
República Argentina

  
Cavallo e Silva

[TRANSLATION — TRADUCTION]

BASIC AGREEMENT ON COOPERATION IN PEACEFUL APPLICATIONS  
OF SPACE SCIENCE AND TECHNOLOGY BETWEEN THE GOVERN-  
MENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOV-  
ERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Argentine Republic (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Desiring to promote further cooperation between the two countries in the field of high technology,

Seeking to ensure that outer space remains open to broad international cooperation for exclusively peaceful purposes,

Considering that, for large countries such as Brazil and Argentina, the use of outer space for peaceful purposes is an irreplaceable instrument for increasing knowledge of their territory and natural resources and for the promotion of social, economic and technological development and environmental protection,

Considering also the provisions of the Treaty on principles governing the activities of States in the exploration and use of outer space, including the moon and other celestial bodies, of 27 January 1967,<sup>1</sup> to which both countries are Parties,

Further considering that both countries are members of the Missile Technology Control Regime (MTCR), and convinced that the field of space technology involves the need to maintain strict control of its transfer in order to prevent it from being diverted for purposes contrary to the interests of the peace and well-being of their respective peoples and of the international community as a whole, and in accordance with their respective legal systems,

Reaffirming the provisions of the Joint Declaration by Brazil and Argentina on bilateral cooperation in the peaceful uses of outer space, signed by the Presidents of the two Parties on 23 August 1989,

Intending to strengthen further the existing space-related cooperation between the two countries, bearing in mind the objective of harmonizing their national space development efforts by making their activities and projects more complementary and by coordinating them,

Seeking to optimize the anticipated results, reduce costs, increase the use of space technology, maximize the participation of the industrial sector and promote the exchange of inputs and products of the space industry,

Have agreed as follows:

*Article 1*

The Brazilian Space Agency (AEB) and the National Commission for Space Activities (CONAE) shall be designated as the principal executing agencies for this Agreement. If

---

1. United Nations, *Treaty Series*, vol. 610, p. 205.

necessary, they may designate other agencies for the development of cooperation programmes in the areas listed in article 2.

#### *Article 2*

1. The principal executing agencies shall identify areas of mutual interest and shall endeavour to develop joint programmes and projects on the peaceful uses of outer space, using the means and infrastructures available to the Contracting Parties.

2. Cooperation within the framework of this Agreement shall include the following areas:

- (a) Space science, space technology, assessment and monitoring of the environment and natural resources through remote sensing and other space applications;
- (b) Development of joint satellite missions for scientific and technological purposes and space applications;
- (c) Means of access to space and launching services;
- (d) Other matters as agreed by the Contracting Parties.

#### *Article 3*

The space cooperation programmes and projects referred to in article 2 shall be the subject of specific agreements, which are to be signed by the executing agencies and must specify their objectives, execution procedures and the individual and joint responsibilities of the said agencies.

#### *Article 4*

1. The principal executing agencies shall be responsible for the costs of their activities in operating the cooperation programmes and projects carried out under this Agreement.

2. Such activities shall be carried out in accordance with the laws and regulations of each Contracting Party and shall be subject to the availability of funds allocated for those purposes.

#### *Article 5*

1. The two Governments shall grant to the specialists who are transferred from one country to the other under this Agreement and to the members of their immediate family:

- (a) Residency visas, free of charge;
- (b) Exemption from duties and other taxes applicable to the import of their furniture and personal effects for the initial installation, with the exception of vehicles and other personal property subject to registration; and
- (c) The same exemption for re-exporting the said items.

2. Both Governments shall likewise waive any duties and other taxes applicable to the import and export of goods, equipment and supplies sent from one country to the other for the purpose of implementing the agreed cooperation programmes.

*Article 6*

1. Protection of intellectual property rights shall be governed by the laws and regulations of each Party in accordance with the international agreements in force in the Federative Republic of Brazil and in the Argentine Republic.

2. The specific agreements referred to in article 3 may provide details concerning such protection for each project or programme carried out under this Agreement.

*Article 7*

1. In order to monitor the implementation of this Agreement, the mechanism of the Joint Brazilian-Argentine Working Group on the Peaceful Uses of Outer Space, which shall meet alternately in each country at least once a year, shall be maintained.

2. The Working Group shall be composed, in the case of Brazil, by representatives of the Ministry of Foreign Affairs, of the Brazilian Space Agency (AEB) and of the bodies responsible for the development of Brazilian space activities. In the case of Argentina, the Working Group shall be composed of representatives of the Ministry of Foreign Affairs, International Trade and Worship and of the National Commission for Space Activities (CONAE).

*Article 8*

Any disagreements concerning the implementation of this Agreement shall be resolved by the principal executing agencies of the Contracting Parties and, if necessary, shall be referred for resolution to the Joint Working Group referred to in article 7.

*Article 9*

This Agreement shall be without prejudice to the cooperation of either Contracting Party with other States and international organizations.

*Article 10*

Each Contracting Party shall notify the other, through the diplomatic channel, of the completion of the domestic formalities required for the approval of this Agreement, which shall enter into force as from the date of the second such notification.

*Article 11*

1. This Agreement shall remain in force for ten (10) years and shall be automatically renewable for periods of five (5) years unless one of the Parties notifies the other, through the diplomatic channel, with at least six (6) months' notice, of its decision to denounce it.

2. This Agreement may be denounced by either of the Contracting Parties through the diplomatic channel, and shall cease to have effect six (6) months from the date of receipt of such notice. Denunciation shall be without prejudice to the programmes and projects already in progress unless otherwise agreed by the Parties.

Done at Buenos Aires on 9 April 1996 in two original copies in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL:

LUIZ FELIPE LAMPREIA

FOR THE GOVERNMENT OF THE ARGENTINE REPUBLIC:

CAVALLO E SILVA



[TRANSLATION - TRADUCTION]

ACCORD CADRE DE COOPÉRATION EN MATIÈRE D'UTILISATION PACIFIQUE DE LA SCIENCE ET DE LA TECHNOLOGIE SPATIALES ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République argentine (ci-après dénommés les "Parties contractantes"),

Désireux de donner une nouvelle impulsion à la coopération entre les deux pays dans le domaine de la haute technologie,

Soucieux de maintenir l'espace extérieur ouvert à une large coopération internationale, inspirée exclusivement par des fins pacifiques,

Considérant que, pour des pays de vaste étendue territoriale comme le Brésil et l'Argentine, l'utilisation de l'espace extérieur à des fins pacifiques constitue un instrument irremplaçable pour la connaissance de leur territoire et de leurs ressources naturelles, ainsi que pour la promotion du développement social, économique et technologique et la protection de l'environnement,

Considérant les termes du Traité sur les principes régissant les activités des États en matière d'exploration et d'utilisation de l'espace extra-terrestre, y compris la lune et les autres corps célestes, du 27 janvier 1967<sup>1</sup>, auquel les deux pays sont Parties,

Considérant que les deux pays sont membres du Régime de contrôle des technologies de missiles (MTCR) et convaincus que le domaine de la technologie spatiale comporte la nécessité de maintenir un strict contrôle du transfert de cette technologie, afin d'éviter qu'elle ne soit détournée à des fins contraires aux intérêts de la paix et du bien-être de leurs peuples respectifs et de l'ensemble de la communauté internationale, et conformément à leur régime juridique respectif,

Réaffirmant les termes de la "Déclaration conjointe argentino-brésilienne sur la coopération bilatérale aux utilisations pacifiques de l'espace ultra-terrestre", signée par les Présidents des deux Parties le 23 août 1989,

Désireux d'approfondir encore davantage la coopération spatiale entre les deux pays, afin d'assurer la convergence de leurs efforts nationaux respectifs de développement dans le domaine spatial, en veillant à la complémentarité et à la coordination de leurs actions et de leurs projets,

Soucieux d'optimiser les résultats attendus, de diminuer les coûts, d'accroître l'utilisation de la technologie spatiale, de maximiser la participation du secteur industriel et de promouvoir l'échange d'intrants et de produits de l'industrie spatiale,

Sont convenus de ce qui suit :

---

1. Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 610, p. 205.

*Article premier*

L'Agence spatiale brésilienne (AEB) et la Commission nationale des activités spatiales (CONAE) sont désignées comme agences d'exécution principales du présent Accord. Elles peuvent, s'il y a lieu, désigner d'autres organismes pour l'élaboration de programmes de coopération dans les domaines énumérés à l'article 2.

*Article 2*

1. Les agences d'exécution principales identifieront les domaines d'intérêt mutuel et chercheront à élaborer des programmes et des projets conjoints d'utilisation pacifique de l'espace extérieur, en utilisant les moyens et l'infrastructure dont disposent les Parties contractantes.

2. La coopération visée par le présent Accord portera sur les domaines suivants :

- a) La science spatiale, la technologie spatiale, l'évaluation et le suivi de l'environnement et des ressources de la terre par la perception à distance et d'autres applications spatiales;
- b) L'exécution de missions conjointes par satellite à des fins scientifiques et technologiques et pour des applications spatiales;
- c) Les moyens d'accès à l'espace et à des services de lancement; et
- d) D'autres domaines dont les Parties contractantes seront convenues.

*Article 3*

Les programmes et projets de coopération spatiale visés à l'article 2 feront l'objet d'accords spécifiques signés par les agences d'exécution principales, lesquels devront spécifier leurs objectifs, leurs méthodes d'exécution et les responsabilités individuelles et collectives desdites agences.

*Article 4*

1. Les agences d'exécution principales assumeront la responsabilité des coûts de leurs activités dans le déroulement des programmes et projets de coopération exécutés dans le cadre du présent Accord.

2. Lesdites activités seront menées conformément aux lois et règlements de chaque Partie contractante et seront fonction de la disponibilité des fonds affectés à ces fins.

*Article 5*

1. Aux termes du présent Accord, les deux Gouvernements accorderont aux spécialistes de l'autre pays qui devront séjourner dans le leur, ainsi qu'aux membres de leur famille immédiate :

- a) Un visa de résidence gratuit;
- b) L'exonération des impôts et autres droits d'importation de leur mobilier et objets personnels destinés à leur installation, à l'exclusion des véhicules et autres biens meubles devant être enregistrés;

c) La même exonération pour la réexportation desdits biens.

2. Les deux Gouvernements exempteront également de tous impôts et autres droits l'importation et l'exportation des biens, équipements et matériels envoyés d'un pays à l'autre pour l'exécution des programmes de coopération convenus.

#### *Article 6*

1. La protection des droits de propriété intellectuelle sera régie par les lois et règlements de chaque Partie, conformément aux accords internationaux en vigueur dans la République fédérative du Brésil et la République argentine.

2. Les accords spécifiques visés à l'article 3 pourront détailler cette protection en fonction de chaque projet ou programme de développement exécuté dans le cadre du présent Accord.

#### *Article 7*

1. Pour le suivi de l'application du présent Accord, il est prévu un mécanisme consistant en un Groupe de travail conjoint argentino-brésilien des utilisations pacifiques de l'espace extérieur, qui se réunira, alternativement dans chaque pays, au moins une fois par an.

2. Le Groupe de travail sera composé, du côté brésilien, de représentants du Ministère des affaires étrangères, de l'Agence spatiale brésilienne (AEB) et des organismes responsables du déroulement des activités spatiales brésiennes. Du côté argentin, le Groupe de travail sera composé de représentants du Ministère des affaires étrangères, du commerce extérieur et du culte et de la Commission nationale des activités spatiales (CONAE).

#### *Article 8*

Toute incertitude qui pourrait apparaître quant à l'exécution du présent Accord sera résolue par les agences d'exécution principales des Parties contractantes et, s'il y a lieu, par le Groupe de travail conjoint visé à l'article 7.

#### *Article 9*

Le présent Accord ne sera pas invoqué à propos de la coopération de l'une ou l'autre des Parties contractantes avec d'autres États ou avec des organisations internationales.

#### *Article 10*

Chaque Partie contractante donnera notification à l'autre Partie par voie diplomatique de l'accomplissement des formalités internes nécessaires à l'entrée en vigueur du présent Accord, lequel entrera en vigueur à compter de la date de la dernière notification.

#### *Article 11*

1. La durée de validité du présent Accord sera de dix (10) ans et pourra être prorogée par périodes de cinq (5) ans, à moins que l'une des Parties ne donne notification à l'autre, par la voie diplomatique, moyennant un préavis minimum de six (6) mois, de son intention contraire.

2. Le présent Accord pourra être dénoncé par l'une ou l'autre des Parties contractantes, par voie de notification diplomatique, et ses effets cesseront six (6) mois après réception de ladite notification. À moins que les Parties n'en conviennent autrement, la dénonciation sera sans effet sur les programmes et projets en cours d'exécution.

Fait à Buenos Aires, le 9 avril 1996, en deux exemplaires en langues espagnole et portugaise, les deux textes faisant également foi.

POUR LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL :

LUIZ FELIPE LAMPREIA

POUR LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE ARGENTINE :

CAVALLO E SILVA